

CORREIO JURÍDICO

POR
MARTHA IMENES

Rosinei Coutinho/STF



Decisão de Dino provoca um “impasse delicado”

Ministro Dino pede explicação sobre desvios no Dnocs

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu cinco dias para que a Câmara dos Deputados, o Senado e o governo federal expliquem as irregularidades investigadas no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

Na última semana o ministro autorizou uma operação da Polícia Federal (PF) para apurar desvios que podem chegar a até R\$ 22 milhões em obras de pavimentação viária executadas pelo Dnocs, órgão federal ligado ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. O dinheiro é oriundo de emendas parlamentares.

A investigação surgiu a partir de relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU) que fiscalizaram contratos firmados pelo Dnocs entre os anos de 2021 e 2023. O órgão constatou diversas irregularidades, incluindo a apresentação de fotos de outros locais para comprovar a realização de obras nunca realizadas.

Orçamento de emenda

A CGU destacou que as contratações tiveram como critério a existência de orçamento disponibilizado por emendas parlamentares, sem levar em consideração a real necessidade do gasto. No período, órgão fechou R\$ 1,8 bilhão em contratos, dos quais cerca de 60% foram para obras de pavimentação viária e R\$ 355 milhões para aquisição de máquinas e equipamentos.

Evelson de Freitas/ Sesc



Ministra Carmem Lúcia deu palestra no evento

‘Ditadura é erva daninha que precisa ser cortada’

A ministra Carmén Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante evento literário destacou que a sociedade precisa lutar diariamente para defender a democracia contra iniciativas autoritárias. Ela comparou as ditaduras às ervas daninhas, que precisam ser cortadas e vigiadas para que não voltem a ameaçar o país. A fala ocorre dias depois de o STF determinar o início do cumprimento das penas impostas aos condenados do Núcleo 1 da tentativa de golpe de estado. O grupo é formado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, militares e ex-integrantes do primeiro escalão do governo. A ministra comparou regimes de exceção com plantas que nascem em momentos indesejados e trazem impactos negativos para o ecossistema.

Indígenas

Supremo manda Belo Monte pagar R\$ 19 milhões a indígenas afetados pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. O montante deverá ser usado para incrementar o Bolsa Família dos indígenas. O processo determina que os povos tenham participação nos lucros da usina.

Vorcaro

O Ministério Público Federal (MPF) recorreu da decisão que mandou soltar o banqueiro Daniel Vorcaro e mais quatro sócios do Banco Master. A desembargadora Solange Salgado da Silva, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, concedeu habeas corpus e entendeu eles podem responder em liberdade.

Tornozeleira

Além de Vorcaro, também foram soltos os ex-diretores Luiz Antonio Bull, Alberto Feliz de Oliveira e Angelo Antonio Ribeiro da Silva, além de Augusto Ferreira Lima, ex-sócio do banco. Todos estão de tornozeleira. Eles estão proibidos de exercer atividades no setor financeiro, de ter contato com investigados e de sair do país.

Compliance zero

Vorcaro e outros acusados foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela PF para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco ligado ao governo do Distrito Federal.

Fraude de R\$ 17 bi

De acordo com as investigações, as fraudes financeiras podem chegar a R\$ 17 bilhões. Após a prisão dos réus, os advogados de Daniel Vorcaro negaram que o banqueiro tentou fugir do país e sustentaram que ele sempre se colocou à disposição para contribuir com a apuração dos fatos.

Auditoria externa

O BRB, ligado ao governo do DF, informou que vai contratar uma auditoria externa para apurar os fatos. O banco também informou que vai apurar possíveis falhas de governança ou dos controles internos. Desde o início dos negócios envolvendo os bancos Master e o BRB críticas e dúvidas têm sido constantes.



O advogado-geral da União, Jorge Messias

Crise na AGU: manobra visa desgastar Lula ao chamar Messias a depor

Nome do AGU não é citado em qualquer documento na CPMI

Há dias o senador Carlos Viana soltou nas redes sociais que pretende convocar o escolhido do presidente Lula para assumir a vaga deixada por Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF), Jorge Messias, atual Advogado-Geral da União (AGU) para depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga os descontos não autorizados em aposentadorias e pensões. A nomeação de Messias para o STF tem provocado embates no Planaltouja nomeação ao cargo de minitro do STF já foi, inclusive, publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Sem citação

Viana só esqueceu de um detalhe: o ministro da AGU não é citado ou investigado pelos indícios de fraude no INSS. O depoimento na CPMI, para sair do papel, precisará contar com o aval da maioria dos membros do colegiado, que precariam votar seu convite. Interlocutores do governo avaliam que essa é mais uma manobra política.

“A AGU tem responsabilidade direta: deixou de agir, deixou de defender o povo e assistiu tudo calada. Isso tem nome: prevaricação”, escreveu o parlamentar.

Cancelamento de sabatina

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), anunciou o cancelamento da saba-

tina do advogado-geral da União, Jorge Messias.

A sabatina de Messias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e a votação da indicação no plenário do Senado estavam previstas para o dia 10 de dezembro.

Para ganhar tempo e viabilizar reuniões de Messias com senadores, o governo Lula não enviou ao Senado a mensagem que formaliza a indicação de Messias.

Sem isso, a Casa não consegue analisar a indicação no cronograma anunciado por Alcolumbre e pelo presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA).

Críticas

Em comunicado a senadores, o presidente do Senado classificou a demora do governo Lula em formalizar a indicação com o envio da mensagem como “grave e sem precedentes”.

“Após a definição das datas pelo Legislativo, o Senado foi surpreendido com a ausência do envio da mensagem escrita referente à indicação, já publicada no Diário Oficial da União e amplamente anunciada. Essa omissão, de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, é grave e sem precedentes”, disse.

Procurado, o advogado-geral não quis se manifestar.